

O lugar do ensino de História numa Educação Popular

The Place of History Teaching in Popular Education

Prezados leitores, prezadas leitoras,

Ao realizar um estudo da etimologia da palavra *popular*, identifiquei que, de acordo com o dicionário Oxford, ela vem do latim *popularis*, que significa “do povo, público”. Ambos os vocábulos associados remetem a noções ou conceitos que são caros às mais variadas teorizações sociais que têm circulado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo na História e no Ensino de História. A despeito dos variados significados que eles podem assumir, parece ser consenso que eles integram uma mesma cadeia de equivalências que ajudam a definir um entendimento de democracia.

Seja representando o conjunto de todas as pessoas ou especificamente as camadas mais desprivilegiadas social e economicamente em uma dada ordem social, a noção de *povo* tende a cumprir uma função de abarcar muita gente. Ou “todo mundo”, ou “aqueles que mais precisam”. No que diz respeito ao termo *público*, as principais formas pelas quais ele costuma ser mobilizado nos debates é em oposição ao que seria privado. Essas formas repercutem tanto nos aspectos jurídicos, como nos políticos. Em ambos os casos de exemplos relacionados aos dois vocábulos comumente vinculados ao termo *popular*, há uma sintonia com as principais definições de democracia disponíveis atualmente nos debates acadêmicos.

De acordo com Badiou (2013), o termo *popular* se caracteriza como um adjetivo que visa a politizar o substantivo que o precede. Trata-se, pois, de uma estratégia discursiva que confere certa áurea que busca a ruptura com a opressão sob a luz de uma ação coletiva. Laclau (2005) e Retamozo (2009) também contribuem para pensar a potência desse significante para a reafirmação da democracia como horizonte de expectativas para o mundo. Para o

primeiro, as demandas populares abarcam um conjunto de necessidades não satisfeitas. Já para o outro, elas emergem a partir da “identificação de uma situação que tem lugar no interior da ordem social, a qual é considerada como injusta ou indesejável e é apresentada no espaço público como uma demanda insatisfeita” (RETAMOZO, 2009, p. 114, tradução livre).

À luz dessa perspectiva teórica, fica mais fácil compreender a potência da articulação entre as propostas de Paulo Freire – patrono da educação brasileira – e o termo Educação Popular. Não se trata de um segmento (ensino fundamental ou médio), ou de uma modalidade educacional (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial ou Educação à Distância, por exemplo), mas de um compromisso com a justiça social por meio da educação.

A Educação Popular, portanto, diz de um projeto que reconhece a educação como espaço político de luta pela radicalização da democracia. Esse movimento incorpora a noção de “para todos”, e de responsabilidade com grupos historicamente marginalizados e/ou subalternizados em suas mais diferentes camadas de produção social de desigualdades, típicas da noção de *povo* (FRAZÃO, 2014), assim como de artefato jurídico e político, como defendem Dardot e Laval (2015), quando exploram a noção de público. Assim, não se trata, por exemplo, de colocar educação pública e privada como antagônicas, mas de assumir que mesmo a educação privada precisa preservar sua dimensão pública.

Isso implica, por exemplo, garantir a universalização do acesso e da permanência de todas as pessoas aos sistemas educacionais, tal como preconiza a Constituição Federal de 1988. Mas também, e sobretudo, reafirmar o caráter inapropriável do mundo e, por conseguinte, sua condição de espaço plural, aberto à múltiplas formas de habitá-lo (GABRIEL; MARTINS, 2022). Existem inúmeros modos de caminhar nessa direção. Combater o analfabetismo formal e funcional, lutar pela ampliação e pelo uso mais eficiente e eficaz do financiamento público, produzir currículos menos homogeneizantes por meio da ampliação do leque de saberes e abordagens são apenas alguns exemplos.

Com esse sentido de Educação Popular, qual o lugar que o ensino de História ocupa ou deveria ocupar? A resposta a esse questionamento passa, inevitavelmente, pelas disputas em torno da compreensão do que é a História e de qual é a sua função social na escola. Longe de haver uma resposta unívoca para essas questões, que tencionam os debates nos campos da Teoria da His-

tória e do Currículo, por exemplo, talvez seja interessante pensar na busca de consensos mínimos. Aqui, investimos na defesa de que não é possível falar em ensinar História nas escolas da educação básica sem apelar às noções de identidade (alteridade) e temporalidade, como defende Gabriel (2019).

Partindo desse essencialismo estratégico, entendemos que o ensino de História se articula à Educação Popular quando promove a ampliação e diversificação de sujeitos e de concepções de sujeito histórico que animam as tramas e os eventos, quando rompe com a teleologia como fio de sentido das narrativas, quando fomenta a invenção de outros passados e futuros em nosso presente, quando defeita memórias cristalizadas (MARTIN, 2024), quando contempla as questões étnico-raciais, de gênero, classe, sexualidade e suas intersecções, quando opera com recursos didático-pedagógicos que ampliam as possibilidades de pensar historicamente, quando assume explicitamente que atua nas lutas antirracista, antissexista, anti-LGBTQIAPN+fobia, entre outras. Dito de outro modo, quando abertamente assume seu compromisso com dimensões axiológicas voltadas para a radicalização da democracia.

No contexto dessas reflexões, o presente número da *Revista História Hoje* apresenta o dossiê *Ensino, História e Educação Popular*, organizado por Aryana Lima Costa, do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Jocelito Zalla, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cap/UFRGS), e João Maurício Gomes Neto, do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Trata-se de um dossiê que teve por objetivo instigar, a partir do ensino de História e/ou das experiências de professoras e professores de História, análises sobre as práticas educativas desenvolvidas em contextos como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e ensino em comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas ou quilombolas, além de ações educacionais voltadas para a população de refugiados e imigrantes, considerando as bagagens históricas dos lugares e das comunidades de referência dos variados sujeitos da educação, destacando as interlocuções e negociações que se veem instados a realizar com as culturas e a memória histórica das espacialidades com as quais interagem.

Esse dossiê, composto por cinco artigos, uma entrevista e uma resenha, além do texto de apresentação dos organizadores e organizadora, interpela, direta ou indiretamente, as questões trazidas neste editorial sobre as articula-

ções entre ensino de História e Educação Popular. Trata-se, portanto, de uma excelente contribuição aos estudos tanto do campo do Ensino de História, como da Educação.

Além desse importante dossiê, o presente número conta ainda com dois artigos submetidos em sistema de fluxo contínuo, além de um artigo inscrito na seção *E-Storia*, um na seção *História Hoje na Sala de Aula* e uma entrevista. O primeiro artigo, de autoria de Marianna Carla Costa Tavares, Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto e Maria Inês Supupira Stamatto, é intitulado “Vida e carreira de professoras no bairro Cidade da Esperança: narrativas construídas entre oralidade e fotografia (1966-1996)”. Nesse artigo, as autoras se propõem a pensar a educação a partir da história de vida de professoras. Em “Livro didático na memória de seus leitores”, Antonia Terra de Calazans Fernandes problematiza memórias de sujeitos escolares e os sentidos atribuídos por estes aos manuais escolares. O fio que articula ambos os artigos é o uso da História Oral como recurso metodológico.

Além desses, há também o artigo, na seção *E-Storia*, de Marcello Paniz Giacomoni e Geraldo Bonorino Xexéo, intitulado “Aprendizagem histórica e sistemas de jogos: um campo de relações a partir do jogo com fins didáticos *Nazarenos*”. Nesse artigo, os autores exploram as potências da linguagem dos jogos em diálogo com o ensino de História com foco na discussão sobre aprendizagem. Trata-se, portanto, de um artigo que põe em diálogo algo que estaria no campo da inovação (jogos) e algo clássico (a discussão sobre aprendizagem), produzindo, pois, uma interação promissora para o campo do Ensino de História.

Na seção *História Hoje na Sala de Aula*, o artigo é escrito por Pedro Gabriel dos Santos Silva. O autor de “Relato de experiência do ensino de história indígena nos anos finais do fundamental: a produção do conhecimento em análise” apresenta e problematiza um conjunto de oficinas para o ensino de História Indígena em turmas do 6º ao 9º ano de uma escola pública no estado do Rio Grande do Norte.

Finalizando o número, trazemos a entrevista que Amílcar Araujo Pereira realizou com o professor Jason Arday, da Faculdade de Educação da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Nessa entrevista, o sociólogo britânico, que só começou a ler e escrever aos 18 anos, recupera sua trajetória e a situa em sua atuação acadêmica marcada pela luta antirracista. Assim, a

entrevista consiste em uma importante contribuição para a reflexão sobre as sociedades estruturadas pelo colonialismo e pelo racismo.

A publicação do dossiê e dos demais textos que compõem este número da *Revista História Hoje* só se tornou possível pela participação efetiva dos/a organizadores/a, dos/as autores/as e dos/as pareceristas. Agradecemos a generosidade e o trabalho cuidadoso e rigoroso de todas as pessoas envolvidas. Isso inclui o trabalho do assistente editorial Marcus Vinícius Correia Biaggi, da revisora Carolina Giacomo, e do diagramador Flavio Peralta.

Para o fortalecimento de nossa revista e consequente ampliação da visibilidade dos artigos nela publicados, é importante que os *links* dos artigos sejam compartilhados, ao invés dos próprios arquivos. Por fim, desejamos que a leitura dos textos deste número instigue reflexões, amplie perspectivas, promova outras formas de compreensão sobre a História, seu ensino e sua função social e, especialmente, que contribua para uma educação radicalmente popular e, por conseguinte, democrática.

Boa leitura!

Marcus Bomfim
Editor-Chefe (2023-2025)

REFERÊNCIAS

- BADIOU, Alain. Vingt-quatre notes sur les usages du mot “peuple”. In: *Qu'est-ce qu'un peuple?* Paris: La fabrique, 2013, p. 9-21.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. *Tempo social*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 275-316, jun. 2015.
- FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira. *Quem é o “povo brasileiro” que habita os Livros Didáticos de História? Um estudo a partir do campo do currículo*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.
- GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de (Coords.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 72-78.
- GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. O significativo *comum* na agenda política educacional contemporânea. *Educação*, Santa Maria, v. 47, n. 1, p. 1-23, 2022.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MARTIN, Fábio Rodrigues. *Produção de memória: o (não) lugar do holocausto brasileiro no currículo de história em Barbacena/MG*. 2024. 304 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

RETAMOZO, Martín. Las Demandas Sociales y El Estudio de los Movimientos Sociales. *Cinta de Moebio: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales*, Santiago, n. 35, p. 110-127, 2009.

